



## **EDUCANDO EDUCADORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DO PROGRAMA PAPO CABEÇA**

Cláudia Márcia Trindade Fanelli<sup>1</sup>  
Sílvia Pereira da Silva Rios<sup>2</sup>  
José Leonídio Pereira<sup>3</sup>

### *Introdução*

A sexualidade na adolescência em suas múltiplas dimensões nas últimas décadas tem conquistado grande visibilidade por vários segmentos sociais, tem destaque na mídia e tem provocado intervenções governamentais. Este fenômeno na maioria das vezes é apresentado como um grave problema social e subliminarmente é visto de forma homogênea, onde a culpabilização dos sujeitos que experimentam uma gravidez ou uma identidade sexual que fuja do padrão normatizado neste período da vida é recorrente.

Nas escolas, não se trata abertamente de questões relacionadas à sexualidade, apesar do respaldo legal que se tem para se tratar sobre o assunto, ou seja, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), além de regulamentações estaduais e municipais.

A criação do tema transversal Orientação Sexual nos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNs) é outro indício da inserção deste assunto no âmbito escolar. O interesse do estado pela sexualidade da população torna-se evidente através desta proposta. De acordo com os PCNs em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV, o tema Orientação Sexual foi criado como um dos temas transversais a ser trabalhados ao longo dos ciclos de escolarização. Cabe, portanto, à escola – e não mais apenas à família – desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e adolescentes (Altmann, 2001).

Tais questões instam a intervenção na realidade de modo a buscar desconstruir preconceitos, problematizar a sexualidade, parafraseando Foucault (1988), para além do “vigiar e punir” é que torna relevantes as ações do Programa de Orientação em Saúde Reprodutora, “Papo Cabeça” através de seus oito projetos<sup>4</sup>, que na perspectiva da extensão universitária busca fazer a interface com a realidade, com vistas à produção de novos saberes.

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social do Programa Papo Cabeça da Maternidade-Escola e Faculdade de Medicina da UFRJ. claudiafanelli@me.ufrj.br.

<sup>2</sup>Especialista em Gestalt Terapia do Programa Papo Cabeça da Maternidade-Escola e Faculdade de Medicina da UFRJ. silviarios@me.ufrj.br.

<sup>3</sup> Mestre em Medicina – Coordenador Geral do Programa Papo Cabeça da Maternidade-Escola e Faculdade de Medicina da UFRJ. leon@me.ufrj.br.

<sup>4</sup> Os projetos que compõem o Programa em voga são: Projeto “Papo Cabeça” (adolescentes), Projeto Interseção (professores), Projeto “Papo Cabeça” na Praça (comunidade em geral); Projeto Interagir (comunidade-escolar); Projeto Saúde Cidadã (pais / responsáveis), Projeto Diversidade Sexual (comunidade escolar); Projeto Boca a Boca (comunidade escolar); Projeto Cidadania Plena (população em geral).



O conceito de extensão universitária está relacionado à intervenção na realidade pela via da relação recíproca de troca de saberes entre o acadêmico e o popular. “A extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade”, este conceito foi elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (1999), e se expressa no Plano Nacional de Extensão no sentido de que vai ao encontro das demandas sociais, buscando contribuir para suas transformações e a produção de novos conhecimentos.

A promoção de saúde dá sustentabilidade e é um eixo fundamental para intervenção na realidade sob a ótica da extensão universitária em atividades relacionadas à educação em saúde, especialmente a saúde reprodutiva, aos direitos sexuais e reprodutivos. Partindo dessa premissa, a extensão universitária associada ao ensino e a pesquisa possibilita a democratização e a troca de saberes acadêmico-popular, principalmente, no que concerne a produção de novos conhecimentos, têm também o objetivo de retro alimentar a universidade, através de pesquisas de campo emergentes da comunidade, assim como trabalhar sobre as novas demandas surgidas.

A metodologia participativa dá suporte a essas propostas, através da importância que infere ao saber da população alvo e a interação destes com o conhecimento científico, que é decodificado para que haja realmente a comunicação e a troca de experiências, interferindo no processo de produção de subjetividades, denotando uma relação dialética entre o fazer e o pensar.

As comunidades têm seu perfil próprio e devem ser levados em conta no planejamento das ações. A utilização da pesquisa ação, no contexto a ser atingido é essencial, visto que, esta ocorre na confluência da intenção de pesquisa por parte dos pesquisadores e pela vontade de mudar por parte dos usuários (Thiollent, 2007).

Acreditamos que as metas voltadas para o caminho da educação, precisam estar em sintonia com os segmentos sociais envolvidos, através da prática participativa. A defesa intransigente de formar cidadãos alfabetizados não só no contexto da escrita, mas também nas questões de saúde, trabalho e cidadania permite-nos direcionar nossa atenção para as propostas da extensão, que tem no seu contexto, ações voltadas para impulsionar o desenvolvimento do sujeito, através da interação entre os saberes da universidade e da população (Auler & Bazzo, 2001).

*Para Que Educar os Educadores?*



O Programa Papo Cabeça ministra cursos de formação continuada para professores no sentido de sensibilizá-los para questões que gravitam em torno da sexualidade na infância e adolescência, respaldado nos temas transversais dos PCNs, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e em legislações complementares. Paralelamente, buscamos instrumentalizar os docentes a utilizarem técnicas de dinâmica de grupo como uma ferramenta fundamental a ser aplicada no seu cotidiano de trabalho com crianças e adolescentes, assim como orientamos na construção de material artesanal de baixo custo. Acrescido a essa base, alavancamos discussões teóricas que forneçam e fomentem insumos para a intervenção na realidade de forma crítica e comprometida com a construção coletiva do conhecimento, provocando nos alunos a possibilidade de decifrar a realidade por ele vivenciada.

### *Caminhos da Pesquisa*

Esta pesquisa foi desenvolvida no instrumento de inscrição da edição do curso do Projeto Diversidade Sexual na Escola, que aconteceu no ano de 2009, no Município de Maricá, Rio de Janeiro.

Houveram 101 inscrições selecionadas para participar desta proposta que foi extensiva a profissionais de saúde e educação, assim como alunos de cursos de licenciatura. Este estudo preliminar focou o seu olhar para os profissionais de educação que estavam em efetivo exercício nas escolas, dentre os quais podemos destacar professores, coordenadores pedagógicos, orientadores pedagógicos e diretores, que correspondeu a 61 cursistas.

No tratamento do material colhido nas entrevistas realizamos a análise de conteúdo, por entendermos que esta técnica “visa – ainda que de formas diversas e até contraditórias – a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, entrevistas ou observação” (Minayo: 1996). Considerando os aspectos éticos da pesquisa, adotamos a identificação dos sujeitos da mesma utilizando a letra *F* para o sexo feminino e *M* para o sexo masculino, incluindo ao seu lado as respectivas idades.

### *Análise dos Dados*

#### *Perfil Docente*



Ao traçarmos o perfil destes profissionais identificamos que dos 61 pesquisados 50 participantes eram do sexo feminino, com concentração na faixa etária de 31 a 40 anos (26) e 41 a 50 anos (23). Apenas 4 discentes público alvo deste estudo encontravam-se na faixa etária entre 21 e 30 anos, consideramos este dado bastante provocativo pois nos permite pensar em múltiplas questões relacionadas a como estes profissionais estariam lidando com a sexualidade na escola. Em se tratando de uma pesquisa preliminar, necessitamos investigar melhor esta questão.

Dos 61 cursistas, 23 residiam no Município onde ocorreu o curso; 15 nas cidades vizinhas, 12 na Capital do Estado, e os demais (23) eram oriundos de vários pontos do Estado entre eles: Baixada Fluminense (4), Região Serrana (1), Região dos Lagos (4), Norte Fluminense (1), Sul Fluminense (1).

É muito curioso perceber que os profissionais que buscam o curso de formação continuada ao longo de 11 semanas consecutivas, sempre aos sábados em horário integral (8 às 17 horas), têm que percorrer um trajeto que varia entre 39 e 204 quilômetros. Isso nos sugere que cursos voltados para esta temática ainda são insuficientes para atender as sucessivas demandas emergentes da realidade para o professor. No instrumento de inscrição de uma próxima edição do curso torna-se interessante inquirir sobre este assunto para que possamos abordá-lo com mais propriedade.

A área de atuação dos professores a pesquisa concentra-se, especialmente, no ensino fundamental, este considerado da educação infantil, passando pelo ensino regular, a educação de jovens e adultos. Observamos nesta pesquisa um acúmulo de inserções dentro deste segmento, assim como com o ensino médio e em menor número com o ensino superior (dos 61 pesquisados, apenas 4 atuavam no ensino superior).

Apenas 17 cursistas, que corresponde a 28% da amostra, ocupavam cargo de direção e coordenação pedagógica das unidades escolares. Inferimos que o administrador escolar vive os desafios do profissional polivalente (Harvey, 1989), como um poderoso malabarista que, para manter a escola funcionando minimamente, vende sua vida, suas energias restando-lhe poucas forças para investir em si mesmo e ao mesmo tempo existe uma demanda da realidade por sua educação permanente. Este é um dos dilemas e desafios da contemporaneidade!

#### *Vivência de Situação no Ambiente Escolar de Discriminação Sexual*

Indagados se já vivenciaram/presenciaram situações de discriminação relativas à diversidade sexual na escola onde você trabalha, as respostas foram bastante reveladoras, 28 responderam afirmativamente, 20 negativamente e 13 não responderam. É possível afirmar que existe uma



naturalização, uma tolerância, até mesmo uma convivência acerca da violência de gênero relacionada à diversidade sexual que mantém vivo o seu círculo vicioso, conforme expresso nos depoimentos abaixo:

Nada tão agressivo. Aquelas piadinhas em relação a determinados alunos ou alunas que aparentemente está “perto demais” do outro ou outra, “delicado demais”, etc. Onde a preocupação em sala é separá-los. (F - 41 anos)

A possibilidade da separação seria uma forma, uma estratégia perversa e unilateral de observar o problema, porque mesmo separando, as ditas “piadinhas” podem ferir a subjetividade dos sujeitos que a experimentam, além de contribuir para a manutenção do ciclo da violência. “O sofrimento que emerge dessa situação para adolescentes de ambos os sexos talvez só possa ser realmente avaliado por aqueles/as que foram submetidos/as a tais processos de estigmatização e marginalização” (GDE, 2009).

A fala da professora, a seguir, revela que esta violência não está adstrita aos alunos, ela se propaga entre e por professores e funcionários da escola.

Comumente, embora não seja capaz de relatar uma situação específica, é comum presenciarmos as brincadeiras, piadinhas, apelidos, às vezes, com menos frequência, mas vemos sim, as brigas verbais e/ou físicas que se dão por conta da intolerância e falta do debate. Não falo só do aluno, estas posturas são vivas também entre docentes e funcionários. (F- 34 anos)

É necessário buscarmos estratégias de desenvolvermos uma postura crítica frente a processos de naturalização da violência, a diferença está inscrita nos corpos, mas a desigualdade é construída em nosso processo de socialização.

Para acalorar um pouco mais este debate é interessante observar os depoimentos abaixo:

Apesar de ter vivenciado discretamente uma situação de violência, mesmo assim me senti incomodado com a situação e receoso de tomar alguma atitude. Já vivenciei fora da escola também. Desejo me preparar melhor para agir de forma organizada e com embasamento teórico para auxiliar os que sofrem a discriminação e os que praticam. (M -32)

Infelizmente a discriminação está muito presente na sociedade. As pessoas são excluídas pela forma física, cor, etnia, classe social, opção sexual, etc. Na instituição que atuo, presenciei um fato que me deixou indignada! Numa reunião de pais ao entrar na sala uma mãe homossexual, as demais ficaram olhando como se “algo” estivesse adentrando no recinto! Uma outra foi sentar-se em outro lugar alegando que estava muito calor! O que fiz como Orientadora Educacional naquele momento? No desenrolar da reunião falando sobre determinada turma, através de exemplos, *conversamos* sobre as diferenças, a ética até chegarmos ao respeito ao próximo. Acho que demos o primeiro passo! (F-39)

Compreendemos que uma educação de qualidade está circunscrita a uma educação para a cidadania, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), promulgada em dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a



educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. O art. 22 dessa lei evidencia que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Neste sentido,

o exercício da cidadania implica o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social, implicando ainda no domínio da língua falada e escrita, os princípios da reflexão matemática, as coordenadas espaciais e temporais que organizam a percepção do mundo, os princípios da explicação científica, as condições de fruição da arte e das mensagens estéticas, domínios de saber tradicionalmente presentes nas diferentes concepções do papel da educação no mundo democrático, até outras tantas exigências que se impõem no mundo contemporâneo (Brasil, 1996).

Tais exigências direcionam “a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito”. Neste sentido, cabe a educação “propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural”. A escola é instada a assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania (idem).

No contexto atual, a inserção no mundo do trabalho e do consumo, *o cuidado com o próprio corpo e com a saúde, passando pela educação sexual*, e a preservação do meio ambiente são temas que ganham um novo estatuto, num universo em que os referenciais tradicionais, a partir dos quais eram vistos como questões locais ou individuais, já não dão conta da dimensão nacional e até mesmo internacional que tais temas assumem, justificando, portanto, sua consideração. *Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão dessas formas e sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política* (idem) (grifos nossos).

Destarte, a escola aparece como um espaço privilegiado de formação e consolidação da cidadania, um locus legítimo para tratar de várias questões referentes a esta, inclusive a educação em sexualidade.

### *Motivos e Expectativas para a Inscrição no Curso*

Os motivos para a inscrição no curso vão desde a ampliação de conhecimentos sobre o tema da sexualidade e diversidade sexual, a proximidade da residência e com a chancela da UFRJ lhe dá o suporte necessário para inserir-se neste curso.

Quanto aos motivos sobre a ampliação de conhecimentos sobre o tema que se encontra expresso na grande maioria dos registros sobre o assunto, esta se articula com troca de experiências entre os pares, ajudar o aluno, vencer próprios preconceitos e melhor lidar com a situação.



É muito interessante observar nas falas a concepção negativa da sexualidade, apesar a busca da formação como uma estratégia de abordar o assunto. Que dilema! As questões apontadas pelos professores estão para além da concepção biologizante sobre a qual é corrente na leitura sobre o assunto, este reducionismo deixa a discussão esvaziada por desconsiderar as outras dimensões que estão mergulhados os debates, os saberes sobre a sexualidade. As tensões advindas destes saberes que estão sendo produzidos e estão em constante movimento não são oriundas dos processos biológicos, mas de como estes processos interferem na vida dos sujeitos.

Poder facilitar a linguagem e atingir meus alunos quanto *aos problemas de sexualidade* que enfrentam. (F 36)

Quero participar do curso porque *ainda me encontro meio inibida* ao tratar desse assunto em sala de aula e com os diversos tipos de públicos que atendo. (F-46)

Faço parte de um grupo gestor de ações do programa de prevenção e saúde na escola (PSPE), assim, trabalho diretamente em minha escola com sexualidade. Acredito que este curso *irá auxiliar muito meu trabalho*. (M - 45)

Tenho de magistério 22 anos de carreira, já vivenciei muitas coisas. Hoje estou coordenadora de turno isto é bem novo como professora. Mas percebo tantas outras coisas que em sala de aula não percebia, pois, estava focada apenas em meus alunos. Lidando agora com todos os alunos da escola me vejo precisando de uma bagagem de experiências bem maior. Pois, *preciso ajudar aos alunos* ( que são discriminados), *professores* ( que não sabem o que fazer em certas situações), *e outros que me pedem ajuda*. E acima de tudo é chegada a *minha chance de fazer um trabalho com todo esse grupo para tentar acabar com o preconceito que algumas pessoas sofrem quando decidem pela opção sexual que não é o que a sociedade acha a normal*. (F-42)

Foi recorrente neste grupo a necessidade de “aprender a lidar com a sexualidade”. Nesse sentido, Diniz (2007) ressalta “a carga semântica negativa da palavra “lidar”, que no dicionário Aurélio (Ferreira, 1986, p. 1030) está associada a sentidos como “lutar”, “sofrer”, “sustentar”, “pelejar” e “labutar”. Mesmo quando aparentemente utilizamos a palavra em um sentido afirmativo”. O autor afirma que mesmo neste sentido, o “lidar com a vida”, está subentendido “não o lidar com as alegrias da vida, mas justamente com os infortúnios”.

Me inscrevi, porque acho que são raras as oportunidades de aperfeiçoamento, e todas as que surgem, principalmente em nossa cidade, sendo oferecida por uma universidade, não devem ser desperdiçadas. *Minha expectativa é de dominar melhor o assunto e assim saber lidar melhor com meus alunos*. Mesmo atuando com o primeiro segmento de ens. Fund. Esse tema se faz presente na sala de aula e é importante que estejamos preparados para tratá-los com naturalidade e segurança. (F - 37)

Porque a nossa necessidade de trabalhar com estes assuntos são extremamente importantes desde a educação infantil, na descoberta da sexualidade, e nas séries seguintes do ensino fundamental. A sociedade mudou, os modelos de família modificaram e a escola não acompanhou estas transformações. Minha expectativa é *me capacitar e aplicar estes conhecimentos em sala de aula*. (F -59)

A pedagogia da autonomia, conforme Freire (1996) pode ser um caminho interessante para problematizar a questão, onde todos são sujeitos deste processo de aprendizagem, de autonomia, de reinvenção do mundo e de nós mesmos.



Fiz a inscrição motivado, pois é um assunto que tenho visto acontecer com muita frequência com os jovens que leciono. *Minha expectativa é de aprender aprimorar sobre o assunto, trocar idéias, vivências entre os demais cursistas e professores.* Assim julgo que estarei mais capacitado e preparado para orientar, ajudar, intervir a favor dos jovens para o qual leciono. Eles vivem sérios dramas pessoais e familiares relacionados a gestação na juventude e diversidade sexual. Estou buscando subsídios para a construção de uma proposta na área de informática, minha disciplina de atuação, e estou certo de que encontrarei neste curso. (M – 42)

### *Resultados*

Vimos com esta edição do curso Diversidade Sexual na Escola a necessidade de ampliarmos esta proposta introduzindo na formação acadêmica de alunos que estejam interessados em estudar a temática.

No trabalho com os grupos temos observado muitas lacunas resultantes da formação profissional insuficiente e muitas vezes inexistente, seja de profissionais de saúde, seja de educação para lidar com as questões da sexualidade e da adolescência com vistas à promoção de saúde, no sentido mais amplo da palavra, ou seja, formar “*sujeitos sexuais*”. Sendo a sexualidade compreendida na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos e estes sob a ótica dos *direitos humanos* (grifo nosso).

### *Considerações finais*

O advento da AIDS (inicialmente) e a gravidez na adolescência trouxeram consigo uma enormidade de discursos e ações de “prevenção” adotada em muitas escolas com uma concepção restrita de muitos educadores de educação sexual relacionada apenas à informação, expondo sexualidades intrinsecamente relacionadas ao biológico, ao perigo, a doença. O tratamento da temática puramente com o cunho biológico e preventivo pode ser um atalho arriscado que pode redundar num silenciamento, numa negação, podendo ainda causar impasses e tensões nas interlocuções entre a sexualidade e escola.

Considerando os processos educacionais (escolares ou não) como tecnologias de produção de sujeitos, sendo na escola um espaço privilegiado de exercício desses processos, podemos argumentar que a sexualidade é alvo de vigilância, controle, disciplinamento, pois como nos lembra Foucault (1988), ela tem sido considerada um tipo de “verdade fundamental” dos sujeitos, funcionando como um aspecto que os identifica, que permite inferir sobre suas atitudes, seus pensamentos, seu caráter. Cabe-nos, talvez, questionar: como essa visão se reflete na escola?



Apesar de todas as polêmicas, acreditamos ser possível argumentar que a escola educa sexualmente, mesmo que não seja de forma clara e sistematizada, sem ter um propósito assumido. Seus currículos, normas, conhecimentos e as posturas dos sujeitos que convivem em seu interior, podem ser encarados como uma perspectiva dessa educação.

Castro corrobora (2008) que

o silenciamento ou a negação das questões relacionadas à sexualidade na escola são desestabilizados pela curiosidade de alunos e alunas, por situações cotidianas que fogem ao “padrão”, ou mesmo por indivíduos e práticas que desafiam as regras estabelecidas: nas conversas, aproximações afetivas, nas pichações dos banheiros, carteiras e muros, nas piadas e brincadeiras.

Isto nos permite afirmar que a sexualidade transita livremente no espaço escolar independente desta fazer parte ou não do currículo, dos regimentos, da existência de uma disciplina de educação sexual. Isto porque, como explicita Louro (1997:81), “A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir””.

Neste sentido, as práticas educativas associadas à visão sócio-cultural-histórica dos educadores, constituem-se como mecanismos de produção de subjetividades, que traduzem a sexualidade atrelando o seu exercício ao “saudável”, ao “responsável”, ao que é moralmente aceito. E conforme Louro (1997:133):

Fortemente “atravessado” por escolhas morais e religiosas, o tratamento da sexualidade nas salas de aula geralmente mobiliza uma série de dualismos: saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, etc. A partir das mais diversas estratégias ou procedimentos, usualmente buscando apoio em pesquisas ou dados “científicos”, procede-se a uma categorização das práticas sexuais, dos comportamentos.

Na contemporaneidade, há que se fazer uma releitura das políticas públicas e das práticas educativas à luz das demandas da realidade, considerando as novas contextualizações em que estão inseridas a gravidez na adolescência e as DSTs/AIDS pela via dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos.

### *Referências Bibliográficas*

AULER, D. & BAZZO, W. **Reflexões para a Implementação do Movimento CTS no Contexto Educacional Brasileiro**. *Ciência & Educação*, v.7, n.1, pp.1-13, 2001.

ALTMANN, H. **Orientação sexual nos Parâmetros curriculares Nacionais**. Santa Catarina: UFSC. *Revista de Estudos Feministas*. Ano 9, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 03/11/2009.



CASTRO, R. P. **Professores(as)1, sexualidade e educação sexual**: Produzindo sujeitos nos contextos do Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS). Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT23-4624--Int.pdf>. Acesso em 28/12/2008.

FANELLI, C.M.T. **A Gravidez na Adolescência como um dos desafios para as políticas de educação e saúde**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ / Faculdade de Serviço Social, 2003.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. vol.1: Vontade de Saber. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

HARVEY, D. **Condição pós- moderna**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LEI no. 8.069 de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

LOURO, G.L. **Pedagogias da Sexualidade**. In: Louro, G.L. (Org.) O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp 07- 34.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

MINAYO, M. C. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacional: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Volume 10. 2<sup>a</sup> ed. Brasília: DP&A, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**. Temas Transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PAIVA, V. **Sexualidades Adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual**. IN: PARKER, R e BARBOSA, R. (Orgs) Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1996.

PEREIRA, JL. **Histórico da Gravidez na Adolescência**. IN: MONTEIRO, D M L e outros. Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

PEREIRA, J.L. e outros. **Sexualidade na Adolescência no novo milênio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia participativa e extensão universitária**. IN: THIOLLENT, M. e outros. Extensão Universitária – Conceitos, Métodos e Práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.